

**INTERVENÇÃO DE REDE: A REDE PESSOAL SIGNIFICATIVA DOS  
ADOLESCENTES EGRESSOS DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE PRIVAÇÃO  
DE LIBERDADE**

PAULA, Maicom Marques de<sup>1</sup>

**RESUMO**

O presente artigo trata-se de um relato de experiência acerca do método conhecido como intervenção de rede, aplicado junto aos adolescentes egressos de medidas socioeducativas de privação de liberdade do Centro Socioeducativo de Divinópolis, Minas Gerais, através do trabalho de redes significativas. Buscou oferecer condições para que os envolvidos no processo se tornassem co-construtores de um novo projeto de vida para o adolescente. O método utilizado foi o estudo de caso. Embora o universo de aplicação da metodologia tenha se constituído apenas por dois dos adolescentes atendidos, notou-se a eficácia deste a partir do resgate e fortalecimento da rede pessoal do adolescente e na distribuição das responsabilidades no seu cuidado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Adolescente, medida socioeducativa, rede de apoio social, violência

**ABSTRACT**

The present article is an experience report, about the method known as network intervention. This is applied to the adolescent graduates of Minas Gerais' socio-educational measures of deprivation of liberty of the Socio-educational Center of Divinópolis. It is done through the work of significant networks and seeks to provide conditions for those involved in the process to become co-builders of a new life project for the adolescent. The method used was the case study. Although this consisted of only two of the adolescents served, it was noted that the effectiveness of this methodology was based on the rescue and strengthening of the adolescent's personal network and on the distribution of responsibilities in the care of adolescents.

**KEYWORDS:** Adolescent, socio-educational measures, social support network, violence.

**INTRODUÇÃO**

**Rede pessoal significativa como proposta de intervenção**

---

<sup>1</sup> Prof. Ms. UEMG Unidade Cláudio – maicon.paula@uemg.br

O presente artigo tem por objetivo apresentar proposta de intervenção junto aos adolescentes egressos de medidas socioeducativas de privação de liberdade do Centro Socioeducativo de Divinópolis, Minas Gerais, através da sistematização do trabalho de redes significativas, partindo das experiências já realizadas pela Professora Doutora Carmen L. Ojeda Ocampo Moré, junto a pacientes que careciam de intervenção psicológica. Assim como no trabalho antes realizado por Moré (2005) a proposta visa oferecer condições para que os envolvidos no processo de intervenção tornem-se co-construtores de um novo projeto de vida para o adolescente.

O método utilizado foi o estudo de caso. Embora o universo de aplicação da metodologia tenha se constituído somente de dois dos adolescentes atendidos, notou-se a eficácia deste a partir do resgate e fortalecimento da rede pessoal do adolescente e na distribuição das responsabilidades do cuidado para com este. Ressalta-se que tal intervenção não se encerra em si mesma, configurando parte das demais metodologias de trabalho utilizadas pela equipe do Instituto de Educação e Construção da Cidadania – INECC, na condução do acompanhamento aos adolescentes egressos e seus familiares.

A perspectiva da utilização do trabalho em rede vem apresentando-se como possibilidade de intervenção e alcance de resultados em diferentes áreas do conhecimento como as ciências humanas, sociais e comportamentais, dada principalmente a sua característica de auxílio na identificação das interações entre as diversas unidades independentes.

É possível afirmar que tudo o que habita o nosso universo, desde as mais minúsculas formas existentes até mesmo as de dimensões de proporções incalculáveis possuem uma conexão formando um sistema de redes. No presente estudo, as unidades as quais nos determos são os seres humanos e suas interações, as redes as quais pertencem, desde as mais amplas como o universo comunitário e social às menores como suas redes pessoais significativas, que conforme aponta Sluzki (1997) são constituídas pelo conjunto de todas as relações que o indivíduo percebe de forma diferenciada do resto de suas relações.

A literatura aponta que a temática das redes não é recente. Já na década de 50, aparecia como objeto de análise e proposta de intervenção no campo das relações informais, como descreve Moré (2005) citando Lewin (1952) e Moreno (1951), sendo este último o criador do psicodrama.

De acordo com Moré (2005), a temática das redes se expande no decorrer dos anos para outros campos como da prática clínica em saúde mental e na terapia familiar, na práxis comunitária presente nos trabalhos de Elkain (1989) e Fuks (1989), na perspectiva sociológica dos trabalhos de Castel (1984) e Sluzki (1979). Ainda de acordo com Moré (2005) no Brasil, a produção bibliográfica do trabalho em rede é incipiente destacando-se os trabalhos de Aum (1995), Vasconcelos (1996) e de profissionais que atuam na perspectiva da terapia familiar.

O trabalho com a rede pessoal significativa implica no aumento das possibilidades de atuação profissional nos mais variados contextos. No desenvolvimento da análise da rede pessoal e do seu método de intervenção, Sluzki (1997) sinaliza que tal rede pode ser registrada a partir do que ele conceitua como mapa de rede, ou seja, um mapa onde estão inseridos todos os indivíduos que interagem com uma determinada pessoa. Este mapa de rede divide-se em quatro quadrantes, a saber, família, amizade, relações de trabalho ou escolares, e relações comunitárias, de serviços ou credos. Ainda de acordo com o Sluzki (1997), tais quadrantes subdividem-se em três áreas que sinalizam o grau de relação dos indivíduos presentes no mapa para com o motivador da rede, ou informante. Essas relações são

simbolizadas por um círculo interno onde se apresentam as relações mais íntimas, tais como familiares ou amigos próximos, um círculo intermediário cujas relações pessoais apresentam menor grau de compromisso, como relações profissionais, amizades sociais e familiares intermediários e um círculo externo de relações ocasionais, como conhecidos, vizinhos e frequentadores de uma mesma paróquia (SLUZKI, 1997).

No que tange a avaliação da rede faz-se necessário observar suas características estruturantes como tamanho, densidade, composição (distribuição), dispersão, homogeneidade/heterogeneidade e as funções dos vínculos. Para, além disso, é importante atentar-se para as funções da rede:

É o intercâmbio interpessoal entre os membros da rede que determina as suas funções, ou seja, as contribuições a serem ofertadas ao seu motivador. São elas: Companhia social, apoio social, apoio emocional, guia cognitivo e conselhos, regulação social, ajuda material e de serviços e acesso a novos caminhos. (SLUSKI, 1997, p. 47).

Ressalta-se que cada vínculo (membro) da rede pode desempenhar mais de uma ou diversas funções, algo que se faz mais presente nas relações íntimas e familiares.

Valendo-se da importância que os membros da rede pessoal significativa possuem para seu motivador e dos benefícios que possivelmente podem se originar do trabalho de intervenção de rede, bem como do pressuposto de que a execução da medida socioeducativa engloba não somente o adolescente autor de ato infracional no seu processo de responsabilização, mas, seu grupo familiar e a sociedade em geral, propõe-se a realização do trabalho de intervenção de rede junto aos adolescentes egressos de medidas socioeducativas de privação de liberdade do Centro Socioeducativo de Divinópolis – Minas Gerais, atendidos pelo Instituto de Educação e Construção da Cidadania – INECC, através da realização do Programa Se Liga.

### **Adolescente, medida socioeducativa e acompanhamento pelo Programa Se Liga.**

A produção e reprodução da violência, protagonizada especialmente pela população jovem, tornou-se pauta de discussão e motivação para construção de projetos que intervenham nessa realidade em diversos países, em especial no Brasil.

De acordo como artigo 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990), adolescente é a pessoa com idade entre doze e dezoito anos, penalmente inimputável conforme o artigo 228 da Constituição Federal. As condutas descritas como crime ou contravenção penal, praticadas por adolescentes, denominam-se atos infracionais e são passíveis de responsabilização através da aplicação das medidas socioeducativas que compreendem a advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade, internação em estabelecimento educacional ou qualquer uma das prevista no artigo 101, I a VI do ECA. Na aplicação das medidas socioeducativas deve-se priorizar aquelas que visem o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

A medida de internação em estabelecimento educacional tem por finalidade a socioeducação, ou seja, a reinserção social do adolescente através de práticas pedagógicas, buscando a responsabilização deste por seus atos e evitando a reincidência. Contudo, sua

natureza sancionatória, atribui-lhe um caráter mais severo, pois retira o adolescente do convívio familiar e comunitário. Nesse sentido, tal medida está sujeita a três princípios. O princípio da brevidade que estabelece o período máximo de três anos para sua execução. Além disso, ao completar 21 anos a liberação do adolescente deve ser compulsória. O princípio da excepcionalidade versa sobre os casos específicos em que se deve ser aplicada tal medida, sendo estes: o ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa; reiteração no cometimento de outras infrações; grave descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta. Neste último caso o período de internação não pode ser superior a três meses.

O princípio da condição peculiar de pessoa em desenvolvimento estabelece que a internação deverá se cumprir em entidade exclusiva para adolescentes, sendo o Estado responsável por zelar pela integridade física e mental dos internos, adotando medidas adequadas de contenção e segurança previstas nos artigos 121 a 125 do ECA.

No município de Divinópolis, Minas Gerais, os adolescentes autores de atos-infracionais considerados passíveis de responsabilização através da medida de privação de liberdade, são encaminhados ao Centro Socioeducativo regional, inaugurado em 06 de julho de 2008, com capacidade de atendimento para 48 adolescentes, oriundos do município e região. Ressalta-se que o processo de instalação do referido Centro Socioeducativo mobilizou grande parte da comunidade divinopolitana defensora dos direitos da criança e do adolescente visto que sua proposta inicial de construção se localizava ao lado do complexo penitenciário, Presídio Floramar, onde homens e mulheres adultos cumprem suas penas.

Apesar dos esforços comunitários, a proposta de localização do Centro Socioeducativo não se alterou, o que causou um grande mal-estar e estigma social quanto ao trabalho desenvolvido, pois boa parte da comunidade local apelidou o espaço de “Florinha”, como que um simples ambiente de passagem do adolescente entre o ato-infracional e o “Mundo do Crime”.

Embora possua um caráter educativo e protetivo, a simples aplicação da medida de internação pela autoridade competente e o cumprimento da mesma pelo adolescente nem sempre são suficientes. Nesse sentido, para além das atividades realizadas dentro do próprio centro socioeducativo, através da articulação com as demais políticas públicas e serviços existentes no município de Divinópolis, os adolescentes acautelados, de acordo com suas possibilidades, realizam atividades fora da unidade de atendimento.

Estudo realizado por Muller et al. (2009), acerca das perspectivas e expectativas futuras de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade evidenciou que a implementação de um programa de apoio e acompanhamento ao egresso poderia trazer resultados positivos, pois assume relevância no cumprimento do objetivo da medida de internação ao preparar o jovem para a volta ao convívio social.

Em 2008, o Estado de Minas Gerais através da Secretaria de Defesa Social – SEDS em parceria com o Instituto de Educação e Construção da Cidadania – INECC, firmou convênio para o atendimento ao adolescente egresso da medida socioeducativa de privação de liberdade. Ressalta-se que o caráter filantrópico da referida instituição, fundada em 16 de dezembro de 1998, bem como sua experiência no desenvolvimento de trabalhos comunitários, abarcando os campos da formação profissional, social, comunitário, político e principalmente a condução e execução das medidas socioeducativas de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade, através de convenio com o município de Divinópolis entre os anos de

2004 e 2006, foram condições *sine qua non* para a realização do atendimento ao adolescente egresso, a princípio utilizando-se de metodologia própria.

O trabalho se restringia ao atendimento dos adolescentes acautelados no Centro Socioeducativo do município de Divinópolis – MG, tanto para aqueles pertencentes a este município quanto para os oriundos de municípios vizinhos. Posteriormente o trabalho ganhou status de programa, denominando-se Programa Se Liga e estendendo-se a todo o estado através da realização de convênios com outras instituições. A parceria entre o INECC e a SDES permaneceu até o ano de 2011, quando que, por determinação da referida secretaria uma única instituição assumiria a condução dos trabalhos em todo o território estadual, motivo pelo qual o INECC considerou não favorável concorrer a tal proposta.

A metodologia utilizada pelo INECC visava não só a prevenção de reincidência do ato-infracional, bem como propiciar condições de inclusão sócio familiar como forma de empoderamento do adolescente, seu grupo familiar e o fortalecimento da rede que se organizava no seu entorno.

As propostas de intervenção constituíam-se na articulação direta com o Centro Socioeducativo de Divinópolis, realização de reuniões conjuntas, participação na elaboração e acompanhamento do plano individual de acompanhamento – PIA do adolescente privado de liberdade e em vias de ser desligado da medida socioeducativa, bem como da realização de grupos focais organizados nos espaços do próprio centro socioeducativo com vistas à apresentação da proposta do programa Se Liga aos adolescentes, cuja adesão é livre, o estabelecimento de vínculos com os mesmos e a escuta de seus interesses e aspirações futuras. Para, além disso, atendimentos sistemáticos, oficinas diversas, visitas domiciliares à família do adolescente, oferta de cursos profissionalizantes em parceria com a rede de serviços dos municípios e articulação com a rede socioassistencial, agregavam-se as estratégias de trabalho.

Dada proposta de atendimento regionalizado do programa, a pouca oferta de alguns recursos materiais, como disponibilidade de carro e motorista específicos dificultavam principalmente o acesso aos adolescentes oriundos de outros municípios. Contudo, a proposta de articulação e parceria construída com os serviços dos municípios donde esses se originavam, minimizavam tais efeitos e apresentavam resultados bastante positivos.

Outro ponto interessante a se considerar, é a chamada progressão de medida. Alguns juízes entendem que ao encerrar-se a medida socioeducativa de privação de liberdade deve ser atribuída ao adolescente uma nova medida, de caráter mais brando, como prestação de serviço a comunidade e/ou liberdade assistida. Quando da ocorrência destes fatos, mesmo havendo o desejo do adolescente em participar do Programa Se Liga, o fato de ainda estar cumprindo uma medida socioeducativa lhe impedia a realizar a adesão. Tal fato sinaliza um retrocesso, visto que aponta para a anterior não observância do princípio da excepcionalidade, bem como do da brevidade.

## **METODOLOGIA**

Posto que o trabalho em rede pressupõe uma vocação cooperativa, uma forma de organização horizontal onde se tecem vínculos, relações e ações entre indivíduos e organizações, a partir dos trabalhos realizados pela Professora Doutora Carmen L. Ojeda Ocampo Moré, construiu-se a proposta de intervenção de rede através do levantamento da rede pessoal significativa do adolescente, objetivando gerar condições para que os atores

integrantes destas redes pudessem ser co-construtores dos novos projetos de vida apresentados por este mesmo adolescente, o motivador da rede.

Participaram da proposta dois adolescentes (W.17 anos e C.16 anos) oriundos do município de Divinópolis – Minas Gerais que se encontravam no Centro Sócioeducativo do referido município em cumprimento de medida de privação de liberdade. Dado o possível desligamento dos adolescentes da medida, os mesmos foram encaminhados ao INECC para início do acompanhamento individual e familiar que se intensificaria a partir do momento em que estes alcançassem o status de egressos.

O traçado metodológico constitui-se de uma investigação qualitativa através do estudo de caso. Como instrumentos, utilizou-se de entrevistas, visitas domiciliares, realização de encontros, registros de campo e relatos das observações.

A proposta de trabalho foi apresentada aos adolescentes que após concordarem com sua realização, orientados pela equipe técnica do INECC passaram a construção do seu mapa de rede, objetivando detectar as pessoas significativas através das diferentes interações que os mesmos estabeleceram em todo o seu contexto familiar e social.

Elencadas as pessoas significativas da rede, passou-se a identificação das funções de cada integrante, (companhia social, apoio emocional, guia cognitivo, regulação social, ajuda material ou de serviços e acesso a novos contatos), conforme a percepção do adolescente. Posteriormente, os integrantes da rede pessoal significativa de ambos os adolescentes foram visitados pessoalmente em momento oportuno. Fora-lhes apresentada à proposta de trabalho e realizado convite para participação de encontros nos quais seriam levantadas, junto aos mesmos, possibilidades de auxílio aos adolescentes. Esclareceu-se que a participação era voluntária e solicitou-se que neste primeiro contato pensassem sobre a proposta e quanto as suas reais condições de participação.

Alguns integrantes apontados pelos adolescentes como significativos em sua rede pessoal não se dispuseram a participar do trabalho, como foi o caso dos técnicos do Centro Socioeducativo de Divinópolis que observaram que sua participação poderia tornar-se fator de confusão para realização do seu trabalho dentro do Centro. Em ambos os casos foram realizados sete encontros nos quais se reforçou a proposta de trabalho donde a partir das funções indicadas pelo adolescente, bem como das possibilidades de assumir a referida ou novas funções, objetivava-se construir junto ao grupo uma proposta de apoio aos adolescentes propiciando o fortalecimento de seus vínculos familiares e comunitários e a efetivação de um novo projeto de vida.

Ressalta-se que os adolescentes possuíam conhecimento do processo que se constituía através dos encontros realizados junto a sua rede pessoal, manifestando sua satisfação ao constatar a possibilidade de apoio e o fortalecimento não somente dos seus vínculos para com os integrantes da rede, mas o fortalecimento de vínculos entre os integrantes. Ao final do trabalho, ambos os adolescentes foram convidados a participar do último encontro e a perceber a materialização de sua rede pessoal.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O adolescente W, possui 17 anos, ensino fundamental incompleto devido a evasão escolar. Cumpria pela segunda vez a medida socioeducativa de privação de liberdade, sendo que a primeira se originou do descumprimento injustificável de medidas anteriormente a ele aplicadas. Residia em casa de alvenaria, em condições desfavoráveis para uso, na região

periférica do município de Divinópolis, juntamente com a mãe e os três irmãos menores. O pai estava foragido da justiça. A renda familiar era oriunda dos recicláveis que a mãe recolhia no lixão do município. Anteriormente a medida, W. também trabalhava no lixão. A mãe era dependente química, motivo pelo qual logo após a internação de W. os demais filhos foram institucionalizados em instituição de acolhimento para crianças e adolescentes e logo em seguida colocados em lar provisório, acolhidos pelos pais e pela namorada de W.

Realizou-se a entrevista e coleta dos dados na sede do Programa Se Liga durante atendimento pré-agendado para W. O mesmo mostrou-se bastante confortável e aberto à proposta não apresentando dificuldades em levantar as pessoas significativas de sua rede. W. apresentou como significativos a namorada (apoio emocional e regulação social), os avós paternos (ajuda material ou de serviços, apoio emocional, regulação social e guia cognitivo), o Programa Se Liga (apoio emocional, acesso a novos contatos e ajuda material ou de serviços), a tia paterna (apoio emocional), a irmã (apoio emocional), a psicóloga do Centro Socioeducativo (regulação social), os sogros (acesso a novos contatos e apoio emocional), a tia materna (acesso a novos contatos e guia cognitivo) e a mãe, a quem não atribui funções, justificando que lhe faria muito feliz o seu autocuidado.

Adolescente C.

C. 16 anos, cumpria medida socioeducativa de privação de liberdade pela primeira vez, segundo ele, devido ao envolvimento com tráfico de drogas. Possuía ensino fundamental incompleto também em detrimento da evasão escolar. Residia em casa própria, juntamente com a mãe e os dois irmãos mais velhos. Os pais eram separados e C. não possui contato com o pai, alegava ter mágoas deste devido ao uso abusivo de álcool e histórico de violência doméstica. A renda familiar era oriunda dos trabalhos esporádicos da mãe como diarista e do irmão que atuava como vendedor em uma loja de vestuário. A irmã estava grávida, também evadida da escola e não realizava atividade laborativa. C. alegava ter um bom relacionamento familiar, principalmente com a mãe e com a irmã. Queixava-se que o irmão por vezes era severo e o corrigia com castigos físicos.

A entrevista para coleta de dados também ocorreu na sede do Programa Se Liga durante atendimento pré-agendado para C. O mesmo, assim como W. não demonstrou dificuldade na construção do seu mapa de rede e/ou no levantamento de funções para os seus membros. Apresentou como significativos a mãe (apoio emocional), a irmã (apoio emocional), a avó materna (apoio emocional), o irmão (apoio emocional e acesso a novos contatos), o programa Se Liga (acesso a novos contatos e ajuda material ou de serviços), a advogada do Centro Socioeducativo (regulação social e ajuda material ou de serviços), a psicóloga do Centro Socioeducativo (regulação social e ajuda material ou de serviços), a tia materna (acesso a novos contatos) e o tio materno (acesso a novos contatos).

A média de integrantes da rede pessoal significativa dos adolescentes foi de 9,5%. Em ambos os casos se centralizou no grupo familiar e família extensa, sendo que para alguns integrantes foram atribuídas mais de uma função. As instituições INECC e Centro Socioeducativo foram citadas como significativas para os adolescentes, exercendo as funções de acesso a novos contatos, regulação social e ajuda material ou de serviços. Em nenhum dos casos o quadrante amigos foi preenchido.

Chama-se a atenção para o reduzido número de integrantes da rede pessoal significativa dos adolescentes. Conforme Branco et al. (2008), citando os estudos realizados por Ceolim (2003), junto a adolescentes que cumprem medida de prestação de serviço à comunidade, encontrou-se mapas de rede constituídos de 12 a 32 membros.

Comparando-se o tamanho da rede pessoal dos adolescentes apresentados neste estudo com os achados de Ceolim (2003), cujos adolescentes não se encontravam privados de liberdade, deduz-se que a privação de liberdade acaba por reduzir o tamanho da rede social.

Quanto à inexistência de membros no quadrante amigos, uma possível explicação seria os achados dos estudos realizados por Assis e Souza (1999), que a partir de uma pesquisa realizada nos estados do Rio de Janeiro e Pernambuco, concluíram que os amigos dos adolescentes infratores, na maioria dos casos, encontram-se também inseridos no mundo do crime, sendo que em geral, as relações de amizades estabelecidas, sustentam-se no interesse financeiro e na posse do poder.

No que tange a centralização familiar, baseando-se nos estudos realizados por Yokomiso e Fernandes (2013), acerca das configurações e vulnerabilidades familiares dos jovens em medidas socioeducativas, cujo universo de pesquisa compreendeu 121 jovens, dois importantes pontos são levantados. O primeiro aponta que 31,2% dos jovens pesquisados sofreram agressões severas no ambiente familiar o que denuncia a constante presença da violência em um espaço que deveria ser marcado pela acolhida e atenção. Conforme sinaliza Santos (2012), relações sociais violentas produzem indivíduos violentos.

Ainda de acordo com Yokmiso e Fernandes (2013), adolescentes que receberam visitas de familiares e/ou responsáveis durante o cumprimento da medida socioeducativa apresentaram menores índices de indisciplina bem como maior estabilidade psíquica e respeito às normas de convivência em comparação aos adolescentes que não receberam visitas, o que pressupõe o caráter de regulação social da família.

“Os filhos de pais autoritários, severos e que manifestam pouco apoio aos filhos, apresentam maiores níveis de delinquência, bem como piores níveis de saúde física e mental e de desempenho escolar” (Caputo, 2004, p.196). “Há uma associação positiva entre menores níveis de punição física do adolescente por parte dos pais e uma maior taxa de desistência do ato delinquente juvenil” (Stouthamer-Louber, 2004, p.48).

Em meados dos anos 80, Minuchim, defendia a existência de fronteiras nos sistemas familiares, as quais se equivalem a regras estabelecidas quanto a quem participa e como participa dentro de determinado (sub)sistema, como parental, filial e fraterno. Neste sentido;

O funcionamento apropriado da família dependeria de fronteiras nítidas dos subsistemas, isto é, fronteiras definidas suficientemente bem para permitir que os membros dos subsistemas levem a cabo suas funções, sem interferência indevida, mas que admitam contato entre os membros do subsistema e desses com outros sistemas. No entanto, com as fronteiras difusas, a diferenciação do sistema familiar ficaria prejudicada. Já nas fronteiras excessivamente rígidas, a comunicação entre os subsistemas se tornaria difícil e as funções protetoras da família deficitárias (MINUCHIM, 1982, p. 68).

Observa-se assim uma associação entre a definição da hierarquia no sistema e melhores níveis de convivência familiar, ou seja, os papéis desempenhados por pais e filhos são diferentes. Cabe aos pais propiciar o cuidado, a responsabilidade, a autoridade e aos filhos apropriarem-se desse cuidado. Nas relações familiares não há como evitar os conflitos, contudo, se estes são mediados de forma pacífica, sem perder de vista a afetividade e a necessidade do cuidado existente, os resultados certamente serão positivos. Situações em que



os conflitos são utilizados como formas de promoção do crescimento e do melhoramento das relações familiares são típicas de famílias ditas saudáveis. Em famílias tidas como patológicas ocorre o contrário.

Poderíamos dizer então que há um elo de ligação entre a criminalidade urbana e a violência familiar? Gelles (1997), com base em dados produzidos nos Estados Unidos afirma que tanto o comportamento violento como a conduta criminal são consequências comprovadas do abuso sofrido na infância.

É importante destacar que nos dias atuais grande parte dos grupos familiares existentes enquadra-se no modelo Monoparental Feminina Simples, onde apenas a mãe se encontra presente no domicílio, vivendo com seus filhos, mas também, eventualmente, com outros menores sob sua responsabilidade. O que vai de encontro à ausência da figura paterna nos mapas de rede construídos por W. e C.

São exatamente estas famílias que se vendo sozinhas na função de educar seus filhos, dado o apoio deficitário e muitas vezes inexistente do poder público, acreditam na possibilidade de regular as relações sociais a partir das relações domésticas. Neste sentido podemos perceber o porquê do reducionismo e da focalização na família como componente da rede social dos adolescentes aqui estudados.

Por isso, a que se atentar para compreensão dos novos modelos e configurações familiares e assim não transformar a família no bode expiatório da contemporaneidade, visto que esta, a todo o momento, assim como seus membros particularizados, sofre as influências do meio no qual se insere. Vale ressaltar que o meio aqui apresentado, trata-se em grande parte dos espaços que compõem a rede social dessas famílias, especialmente desses adolescentes.

## CONCLUSÕES

A busca de alternativas e estratégias que previnam que crianças e adolescentes adotem posturas e comportamentos delinquentes como atos-infracionais perpassa pela necessidade de mudança estrutural. Observa-se que grande parte destes adolescentes privados de liberdade ou em cumprimento de medidas socioeducativas de liberdade assistida ou prestação de serviços à comunidade são oriundos de famílias com poder aquisitivo baixo, chefiadas em sua maioria por mulheres, sem a presença do pai ou companheiro, em ambientes em que estão presentes a violência doméstica e comunitária.

A falta de acesso a bens de consumo, tanto quanto a serviços essenciais à vida em uma sociedade capitalista que apregoa o individualismo e o consumismo exacerbado acabam por estimular estas crianças e adolescentes, cuja estrutura de desenvolvimento físico e psicológico estão se construindo, a lançarem mão de comportamentos delinquentes na busca pela obtenção de bens materiais dentre outros, que lhes possibilitem determinado status ou a ideia de pertencimento a um grupo ou nicho social.

A adolescência é um período crítico no desenvolvimento das relações sociais, momento em que os vínculos deixam de ser centrados na família deslocando-se para a relação com os pares, onde estes se sentem acolhidos, compartilham experiências, emoções e conhecimentos.

Percebe-se assim uma relação direta entre a precarização das relações familiares, o uso de droga, a influência dos pares e o baixo desempenho ou evasão escolar, como variáveis

contribuintes para o comportamento delinquente e antissocial. Podemos deduzir que a família possui um papel direto na conduta do filho durante a infância o que ocorre indiretamente na adolescência.

A literatura aponta que, a relação entre os pais, a rede social da mãe, a comunicação familiar, sua estrutura hierárquica, bem como, a metodologia educativa dos pais, são oriundas das primeiras percepções de mundo dos filhos, se estabelecem durante os seus primeiros anos de vida e constituem-se como variáveis relevantes para a conduta pró-social. Mas, as marcas deixadas por uma má infância, determinam na adolescência o refúgio para as drogas, o empobrecimento dos vínculos estabelecidos com instituições como a escola, a busca pelos pares e a conduta delincente.

Acredita-se que a má qualidade das relações familiares e, conseqüentemente, o empobrecimento da rede social estabelecida na adolescência contribuem para a problemática do comportamento antissocial e delincente.

Dentre outros aspectos a serem considerados, a existência de uma rede pessoal significativa saudável atua como fator de proteção minimizando a possibilidade do surgimento de situações problema, ou como no tema em estudo, o auxílio à ressocialização e fortalecimentos dos vínculos sociais e familiares.

Em suma, o trabalho realizado possibilitou evidenciar um caminho eficaz e possível na intervenção com a rede pessoal significativa, na medida em que a partir das reais possibilidades de cada um, condições de mudanças e de cuidado para com o outro foram propiciadas, implicando na melhoria das condições de vida dos adolescentes, no fortalecimento de sua rede pessoal, social e comunitária e na construção e efetivação de novas perspectivas.

## REFERÊNCIAS

ASSIS, S.G.; SOUZA, E.R. Criando Caim e Abel – Pensando a Prevenção da Infração Juvenil. **Ciência e Saúde Coletiva**, n.4(1), p. 131-144, 1999.

BRANCO, BM.; DEMARCHI, KA.; WAGNER, A. Adolescentes infratores e funcionamento familiar. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. Porto Alegre, v. 21, n.1, p. 125-132, 2008.

BRANCO, MB.; WAGNER, A. **A Medida de Atividade Externa dos Adolescentes Infratores Internos da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo e as Características da Rede Social e do Funcionamento Familiar**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Psicologia Social e da Personalidade, 2006.

CAPUTO, R.K. Parent religiosity, family processes, and adolescent outcomes. **Fam soc**, 85 (4), p. 495-510, 2004.

CEOLIN, L. **A Construção dos Vínculos Afetivos e Sociais do Adolescente em Conflito com a Lei**. Dissertação (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

**Estatuto da Criança e do Adolescente**, Lei Federal 8.690/89. Conselho Nacional dos

Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, 2009.

FERNANDES, MIA.; YOKOMISSO, CT. Famílias e medidas socioeducativas: da fragilidade à autonomia. (Texto 12). In: JULIAO, EF.; ABDALA, JFS.; VIRGILIO, SS. (Org.) Delinquência juvenil, políticas públicas e direitos humanos. Biblioteca Cláudio Tourinho Saraiva. Rio de Janeiro, Novo Degase, p. 195-207, 2014.

GELLES, R. **Intimate violence in families**. 3 ed. London, Sage, 1997.

MINUCHIN, S. **Famílias – Funcionamento & Tratamento**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas. 1982.

MORE, C.L.O.O. As redes pessoais significativas como instrumento de intervenção psicológica no contexto comunitário. Paidéia. Ribeirão Preto, v.15, n.31, p. 287-297, 2005.

MULLER, F. et al. Perspectivas de adolescentes em conflito com a lei sobre o delito, a medida de internação e as expectativas. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, n.1(1), p. 70-87, 2009.

SANTOS, JC. O sistema penal como exploração do proletariado. (Texto 1). In: MAGALHAES, C.; MATTOS, V.; MAGALHAES, JLQ. (Org.). Desconstruindo práticas punitivas. **Grupo de apoio e familiares de pessoas em privação de liberdade/CRESS 6ª Região**. Belo Horizonte, p. 13-23, 2012.

SLUZKI, C.E. **A rede social na pratica sistêmica: alternativas terapêuticas**. São Paulo, Casa do Psicólogo, 1997.

SOUZA, Q.; QUANDT, C. Metodologia de análise de rede. (Texto 2). In: DUARTE, F.; QUANDT, C.; SOUZA, Q. (Org). O tempo das redes. **Perspectiva**. São Paulo, p. 31-63, 2008.

STOUTHAMER-LOEBER, MWE.; LOEBER, R.; MASTEN, AS. Desistance from persistent serious delinquency in the transition to adulthood. **Development and Psychopathology**, 16, 897-918, 2004.